



## Prefeitura Municipal de Baixo Guandu

Rua Fritz Von Lutzow, 217 – Centro – Baixo Guandu – Espírito Santo  
CEP 29.730-000 – Telefone – (27) 3732-3232  
CNPJ 27.165.737/0001-10

LEI 2.303 DE 01 DE MARÇO DE 2006.

*“Veda qualquer forma de discriminação aos portadores do vírus HIV e AIDS e dá outras providências”.*

*Autor – Vereador Fabiano Albuquerque Canuto*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU/ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara APROVOU e ele SANCIONA a presente Lei:

**Artigo 1º.** É vedada qualquer forma de discriminação aos portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS.

**Artigo 2º.** Para efeito desta lei, considera-se discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS:

- I - solicitar exames para a detecção do vírus HIV ou da AIDS para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público ou privado;
- II - segregar os portadores do vírus HIV ou as pessoas com AIDS no ambiente de trabalho;
- III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador do vírus HIV ou de pessoas com AIDS, sua família, grupo étnico ou social a que pertença;
- IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público ou privado de suspeito ou confirmado portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS, em razão desta condição;
- V - impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho, por este motivo;
- VI - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ao portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS, em razão desta condição;



## Prefeitura Municipal de Baixo Guandu

Rua Fritz Von Lutzow, 217 – Centro – Baixo Guandu – Espírito Santo

CEP 29.730-000 – Telefone – (27) 3732-3232

CNPJ 27.165.737/0001-10

VII - obrigar de forma explícita ou implícita os portadores do vírus HIV ou pessoas com AIDS a informar sobre a sua condição a funcionários hierarquicamente superiores.

**Artigo 3º.** Todos os prontuários e os exames dos pacientes são de uso exclusivo do serviço de saúde, cabendo ao responsável técnico pelo setor garantir sua guarda e sigilo.

**Parágrafo único.** O médico ou qualquer integrante da equipe de saúde que quebrar o sigilo profissional, tornando público, direta ou indiretamente, por qualquer meio, mesmo que por intermédio de códigos, o eventual diagnóstico ou suspeita de AIDS ou do vírus HIV ficarão sujeitos às penalidades previstas nos Códigos de Ética e Resoluções dos respectivos conselhos profissionais, além do previsto nesta lei.

**Artigo 4º.** A solicitação de qualquer exame relacionado à detecção do vírus HIV ou da AIDS deverá ser precedida de esclarecimento sobre seu tipo e finalidade, sendo obrigatório o consentimento expresso do servidor.

**Artigo 5º.** O médico do trabalho, da empresa médica contratada ou membro da equipe de saúde, com base em critérios clínicos e epidemiológicos, deverão promover ações destinadas ao servidor diagnosticado como portador do vírus HIV ou com AIDS, visando:

I - adequar suas funções a eventuais condições especiais de saúde;

II - se essa medida não for possível, mudar sua atividade, função ou setor, evitando a segregação, proibida no artigo 2º, inciso II desta lei.

**Artigo 6º.** Fica vedado ao Poder Público contratar ou firmar convênio com empresas, entidades ou instituições privadas que tenham, comprovadamente, *discriminado seus funcionários*, nos termos desta lei.

**Artigo 7º.** Não será declarada de utilidade pública a entidade que foi objeto de denúncia comprovada de prática discriminatória às pessoas portadoras do vírus HIV ou com AIDS, no âmbito de sua atuação.



## Prefeitura Municipal de Baixo Guandu

Rua Fritz Von Lutzow, 217 – Centro – Baixo Guandu – Espírito Santo  
CEP 29.730-000 – Telefone – (27) 3732-3232  
CNPJ 27.165.737/0001-10

**Parágrafo único.** As entidades já declaradas de utilidade pública que vierem a ser objeto de denúncia comprovada de prática discriminatória, nos termos do 'caput' deste artigo, perderão essa condição.

**Artigo 8º.** É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, em razão desta condição.

**Artigo 9º.** Consideram-se infratores desta lei as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham concorrido para o cometimento da infração.

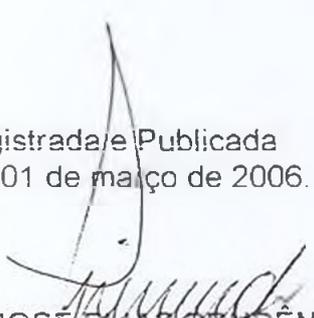
**Artigo 10.** O descumprimento da presente lei será considerado falta grave, ficando o servidor público que cometer a infração sujeito à penalidade e processo administrativos, previstos na legislação vigente, sem prejuízo das demais sanções civis e criminais cabíveis.

**Artigo 11.** As empresas ou entidades de direito privado que infringirem esta lei serão punidas com multa de 50 (cinquenta) vezes o valor nominal da Unidade Padrão Fiscal do Município de Baixo Guandu, UPFM, vigente.

**Artigo 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO,** ao primeiro dia do mês de março do ano dois mil e seis.

Registrada e Publicada  
Em 01 de março de 2006.

  
JOSE ELIAS PRUDÊNCIO  
Secretário Mun. Admin. e Finanças

  
LASTÊNIO LUIZ CARDOSO  
Prefeito Municipal